Ata da Segunda Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Oitava Legislatura, realizada aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um (17/02/2021). Sob a Presidência do Vereador Pablo Lopes da Silva Pereira e nas Secretarias os Vereadores Nailson Gonçalves da Silva – 1º Secretário e Moysés Sikorski Neto – 2º Secretário, foi efetuada a chamara regimental que registrou a presença destes e dos seguintes Vereadores: Ademilson Dias/Edmilson do Esporte, Eder Clayton de Souza/Cleiton Souza, Jair Bezerra da Silva, José Henrique da Silva, José Domingos Pereira/Zé Mineiro, Maria José Bezerra dos Santos/Zeza e José Luiz Herculano da Silva/Zezequinho. Havendo número legal e invocando a proteção de Deus, a Srª Presidente declarou aberta a sessão e informou que devido a pandemia estão realizando a Sessão sem a presença de público, e informou que o Vereador Cláudio Honório de Oliveira estava ausente em virtude de estar com suspeita de Covid-19, bem como registrou condolências pelo falecimento do Sr. José Bezerra, pai do Vereador Jair Silva, e também pelo falecimento do Sr. "João de Deus", funcionário da Escola de Santa Rita há mais de vinte anos. Anunciada a leitura da ata da Sessão anterior, a mesma foi dispensada após aprovado pedido do Ver. José Domingos Pereira. Em discussão, a ata não recebeu manifestação e em votação foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo, foi feita a leitura do Expediente recebido: De Diversos - Outros Assuntos: Relatório do Controle Interno, funcionária Lucimara Ferreira Marcondes, referente a gestão das atividades realizadas no mês de dezembro de 2020, no que se refere à Administração do Poder Legislativo, tendo o Sr. 1º Secretário informado que o Relatório se encontrava à disposição dos Vereadores na Secretaria Administrativa. Prosseguindo foi efetuada a leitura das Matérias do Expediente: Projeto de Lei Ordinária nº 7 de 2021, REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 1786 DE 18 DE JUNHO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS, Autor: Vinícius Brandão de Queiroz – Prefeito Municipal; Projeto de Decreto Legislativo nº 1 de 2021, DECLARA INSERVÍVEIS OS BENS QUE ESPECIFICA DO PATRIMÔNIO DO PODER LEGISLATIVO, Autor: Mesa Diretora da Câmara Municipal, tendo o Sr. Presidente encaminhado os Projetos às Comissões Permanentes. Prosseguindo foram lidos e colocados em discussão e votação os seguintes Requerimentos nºs 18 de 2021, Referente a Areninha de Esportes - Campo Society, 19 de 2021, solicita informações sobre a implantação de ponto de ônibus, 20 de 2021, solicita informações sobre unidades habitacionais, 21 de 2021, solicita elaboração de projeto para implantação de Distrito Industrial e incentivos, 22 de 2021, solicita informações sobre o cumprimento da Lei nº 1939/2019, 23 de 2021, solicita informações sobre o transbordo do lixo Autores: Cleiton Souza, Jair Silva, Zezequinho Herculano, 24 de 2021, abertura de Caixa Econômica Federal no município de Miracatu, 25 de 2021, informações sobre regularização de casas e terrenos Autores: Edmilson do Esporte, Claudio Honorio, Henrique do Porto, Moyses Neto, Nailson, Pablo Pereira, Zé Mineiro, Zeza, Zezequinho Herculano, 26 de 2021, solicita informações acerca do pagamento do piso salarial aos agentes comunitários lotados nesta municipalidade Autores: Cleiton Souza, Jair Silva, Zezequinho Herculano. O Requerimento nº 18/2021 em discussão o Requerimento nº 18/2021 recebeu manifestação do Vereador Moysés Neto, que cumprimentou a todos, o público on line, parabenizava o Deputado que encaminhou o recurso e que a obra seria bem aceita em diversos bairros, mas havia a contrapartida de R$ 70.000 da Prefeitura Municipal e a mesma estava efetuando corte de despesas, tinham a dívida da Gestão passada. Em aparte o Vereador José Luiz Herculano disse que havia o recurso do leilão que a

Administração passada havia deixado para utilizar em infraestrutura. Finalizando o pronunciamento o Vereador Moysés Neto disse que o recurso do leilão estava destinado ao Transportes, e que se vier outro recurso será bem vindo. Em votação o Requerimento nº 18/2021 foi aprovado por unanimidade. Na discussão do Requerimento nº 19/2021 manifestou o Vereador Eder Clayton que após cumprimentar o Sr. Presidente. Colegas Vereadores e público on line, disse que a questão estava sendo jogada de um lado para outro e a população estava sofrendo, e que no passado haviam feito reunião com a Intersul e a Autopista, sugeria que o ponto de Oliveira Barros fosse feito em cima do viaduto visando maior segurança dos usuários, bem como que fosse agendada uma reunião com a concessionária porque o povo estava sofrendo embaixo de sol e chuva. O Vereador Nailson Gonçalves cumprimentou a todos, o público on line, dizendo que o assunto virou uma novela e que se o responsável em fazer a obra tivesse familiar que utilizasse o ônibus já teria feito, e que haviam acontecido vários acidentes que levaram o ponto de ônibus de Oliveira Barros quatro vezes, e no sentido Curitiba havia caído. Disse que precisavam cobrar e citou que um a mulher é vista na BR 116 aguardando o ônibus às vezes é rotulada de outra maneira, como já aconteceu, e finalizou falando da necessidade de se cobrar do Prefeito e da Autopista. O Vereador Jair Silva cumprimentou a todos, disse que havia sido autor do Requerimento e tinham que somar esforços em busca de solução e não serem testemunhas de empurra-empurra, foram feitas outras tratativas e não era legal o povo ficar a ver navios, solicitou o agendamento de reunião para verificarem também outras demandas com relação à concessionária, e que funcionários chegaram a receber capacitação no assunto. Em aparte o Vereador Eder Clayton falou da necessidade do agendamento da reunião tendo em vista a necessidade dos usuários, e no caso da sugestão para o ponto em cima do viaduto poderia favorecer uma carona também. Em aparte o Vereador José Luiz Herculano disse que o ponto era uma coisa simples, mas que havia uma "briga" entre a concessionária e o Município, porque uma vez que o ponto de ônibus ficava dentro da área de domínio da Rodovia, a Prefeitura não poderia executar sem autorização. O Vereador Jair Silva disse que não adiantava pautar a responsabilidade, mas haver a unanimidade na pauta do interesse comum. Em votação o Requerimento nº 19/2021 foi aprovado por unanimidade. Na discussão do Requerimento nº 20/2021 manifestou-se o Vereador José Luiz Herculano que após cumprimentar a todos, público on line, disse que a matéria era um dos maiores anseios da população e que em 2020 foi conseguido o convênio para cem casas populares para Município dentro do programa Vale do Futuro, pedia o andamento do projeto e o apoio de todos, parabenizava o ex-Prefeito Ezigomar que conseguiu o convênio. O Vereador Jair Silva disse que a questão da construção das casas populares esbarrava na regularização, a exemplo da obra da UBS, e que fosse dado continuidade nas obras pelo atual Governo bem como em demais obras que precisavam de atenção, e que no caso das casas eram cem para quatro áreas, e esperava que pelo menos uma das áreas fosse aprovada, que se tratava de benefício para o Município. O Vereador Pablo Lopes, após ser substituído na Presidência pelo 1º Secretário Vereador Nailson Gonçalves, disse que a área do Jardim Yolanda havia sido invadida e houve a reintegração e vai ser seguido o projeto. Em aparte o Vereador Jair Silva disse que as áreas foram apresentadas mas tinham que ter o perfil técnico. O Vereador Moysés Neto parabenizou o autor do Requerimento e disse que no passado haviam perdido oitenta casas populares que seriam para o Jardim Alvorada, e que havia feito Indicação sobre a matéria. Em votação o Requerimento nº 20/2021 foi aprovado

por unanimidade. Em discussão o Requerimento nº 21/2021 recebeu manifestação do Vereador Eder Clayton que perguntou quem não tinha um parente ou familiar que havia saído de Miracatu em busca de emprego, porque era grande a dificuldade de emprego na Região, tinham o Vale do Futuro e sempre falou que Miracatu era a sala do Vale do Ribeira pelo ponto estratégico em que se encontrava, próximo ao Porto de Santos, Sorocaba, Curitiba, Mercosul, e que o Prefeito pudesse através de isenção de impostos gerar emprego, e que um grande distrito industrial não seria possível em virtude da questão ambiental, mas não poluente era possível, a exemplo do Boticário em Registro, e que pudessem ter os familiares perto de casa. Em votação o Requerimento nº 21/2021 foi aprovado por unanimidade. Em discussão o Requerimento nº 22/2021 recebeu manifestação do Vereador Eder Clayton, que parabenizava o ex-Vereador Gilberto Fernandes pela apresentação da Lei, e que o valor da água era a mesma do esgoto, e em Oliveira Barros, quando retorna a água depois de algum tempo sem, um grande percentual era ar, e que o Executivo fazendo cumprir a Lei vai beneficiar a população. O Vereador Pablo Lopes, após ser substituído na Presidência pelo 1º Secretário Vereador Nailson Gonçalves, parabenizava o autor do Requerimento, mas que tinha que haver uma solicitação para a Sabesp instalar o aparelho, e que se a Sabesp não instalar aciona-se a Prefeitura. Em aparte o Vereador Eder Clayton disse que havia a necessidade então da Prefeitura conscientizar os moradores, tendo o Vereador Pablo falado que seria feito. Em votação o Requerimento nº 22/2021 foi aprovado por unanimidade. Em discussão o Requerimento nº 23/2021 recebeu manifestação do Vereador Eder Clayton, dizendo que o Prefeito havia feito uma reunião com todos os Vereadores, o acúmulo do lixo era grande, sabia da dificuldade do momento da transição de governo, mas era cobrado e precisava saber em que pé estava a situação. O Vereador Moysés Sikorski disse que teve conhecimento que o pagamento para a empresa estava atrasado por três meses, mas agora já havia sido pago o mês 12 e estava sendo tomada as devidas providências. Em aparte o Vereador Eder Clayton disse que agradecia o esclarecimento mas não era suficiente, ainda ficavam algumas questões, como a questão da caução, tendo o Vereador Moysés Neto concluído dizendo que o Prefeito estava correndo atrás para resolver o problema. O Vereador Jair Silva disse que via com preocupação a questão do transbordo, havia tido batalha judicial, e a questão da caução ficou para ser atendido, e a falta de pagamento não era motivo para a empresa suspender os serviços, e que deveriam ter cuidado na resolução do problema para não gerar outro problema, como multa de órgãos ambientais por exemplo. O Vereador Pablo Lopes, substituído na Presidência pelo Vereador Nailson Gonçalves parabenizava o Vereador Cleiton pela proposição, e disse que nos quatro anos acompanhou o assunto, fez diversas publicações, e que o montante atual do lixo é bem menor, e que a preocupação com a multa não houve nos quatro anos passados, entendia a transição mas a empresa fez chantagem, havia constante quebra de ordem cronológica, e o atual Prefeito havia aplicado uma sanção pela não realização do trabalho, e não se podia parar pelo não pagamento. Em aparte o Vereador Cleiton disse que era serviço essencial, houve reportagem da TV Tribuna, contato com o Ministério Público, e como foi falado que seria regularizado estava pedindo informações. O Vereador Pablo Lopes disse que a empresa agia da mesma maneira algum tempo e quando se há quebra de ordem cronológica era má gestão. Em aparte o Vereador José Luiz Herculano disse que não era o fato de nada ter sido feito, na gestão passada foi quebrado o contrato e a empresa conseguiu retornar na Justiça. O Vereador Pablo Lopes disse que não era porque voltou

judicialmente que poderia fazer tudo o que queria, era um problema de gestões anteriores e o Vinícius estava acertando, era questão de economia. Em aparte o Vereador Moysés Neto disse que a empresa estava em processo de penalização, mas que em vinte dias estaria tirando todo o lixo. Em aparte o Vereador José Luiz disse que em questão de economia havia sido implantada a coleta seletiva, que beneficiava a economia e o meio ambiente, e solicitava que a atual Administração expandisse para os Bairros e com a atuação da cooperativa. Em aparte o Vereador Jair Silva disse que precisavam se debruçar no assunto e que parar o serviço por falta de pagamento era inadmissível, e que houve a questão judicial mas o problema havia sido resolvido. Em aparte o Vereador José Luiz disse que o problema não era de hoje, tinham que pensar no presente e no futuro, a Vila Matsuda e os funcionários que trabalham no local não poderiam sofrer com o problema. O Vereador Ademilson Dias após cumprimentar o Sr. Presidente, colegas Vereadores, disse que concordava com o Requerimento mas a questão era que a empresa não estava depositando a caução de vários meses, não sendo cobrado pelo Prefeito anterior, e agora depositou mas estava sendo penalizada. Em aparte o Vereador Cleiton disse que na reunião havia sido mencionada a caução, e que estava somente pedindo informação, ao que o Vereador Ademilson disse que o Vereador Cleiton não havia falado da caução, e pela forma como o Vereador falava o Prefeito atual havia deixado de pagar, mas não era isso, a empresa não queria pagar a caução, o Vinícius estava resolvendo o problema da gestão passada. O Vereador José Domingos/Zé Mineiro parabenizava o autor do Requerimento e que na gestão passada fez matéria sobre o assunto em virtude do amontoado de lixo, e tinham que se unir para resolver o problema, que era observado em toda gestão. Em votação o Requerimento nº 23/2021 foi aprovado por unanimidade. Nesse momento houve um problema no som, tendo o Sr. Presidente suspendido a Sessão por três minutos para resolver o problema. O Requerimento nº 24/2021 em discussão recebeu manifestação do Vereador Ademilson Dias dizendo que se tratava de uma causa nobre, era um clamor do povo, e que uma pessoa que mora na Vista Grande por exemplo perdia um dia para ir na Caixa de Juquiá, onde 30% de atendimento era de Miracatu, ao sol, e pela proximidade do Vinícius, o Presidente da Caixa iria olhar com carinho pela necessidade, porque se vai em Registro o povo de Miracatu estava lá, na Lotérica também, o povo sofre e quem vai de ônibus o sofrimento era dobrado, e não era Requerimento do Edmilson mas sim do povo. Em aparte o Vereador José Domingos disse que constatou o problema ao levar um cidadão para receber um Auxílio e verificou a Caixa de Juquiá sobrecarregada. O Vereador Ademilson disse que quando estiveram no Ceagesp viu o carinho do Presidente da Caixa pelo Vinícius, e por isso vai olhar com carinho pela solicitação. O Vereador José Luiz Herculano disse que gostaria de reforçar a solicitação e também assinar junto, e que em 2017 seu pai havia feito um Requerimento no mesmo sentido, e que Miracatu precisava de uma agência, que pagava muitos benefícios e acabava sobrecarregando outras agências da Região. Em aparte o Vereador Nailson Gonçalves disse que Miracatu tem mais de 1.000 pessoas que Juquiá e representa 30% dos usuários de Juquiá. Em aparte o Vereador José Luiz Herculano disse que a Casa Lotérica local tem filas gigantescas e a vinda da Caixa iria melhorar em muito a vida dos munícipes, e tinham que estarem unidos por esta pauta de interesse comum. O Vereador Eder Clayton parabenizava o Vereador Edmilson pela iniciativa, vivenciava a realidade, a Casa Lotérica não comportava mais, tinha a questão dos ônibus, as vezes o pessoal sem condições para um lanche. Em aparte o Vereador Jair Silva disse que até porque

Miracatu possui uma Agência do INSS e os serviços das entidades de complementam. O Vereador Nailson Gonçalves parabenizava o autor do Requerimento, era um anseio da população e pela facilidade com o Governo Federal o Prefeito tinha condições de trazer a Agência, que iria beneficiar os moradores e pessoal que passa pela Rodovia, havia também a questão do transporte, lanche, às vezes a pessoa passava fome, as vezes se tomava água na Rodoviária e voltava para casa. Em votação o Requerimento nº 24/2021 foi aprovado por unanimidade. Em discussão o Requerimento nº 25/2021 recebeu manifestação do Vereador Ademilson Dias que pediu o apoio ao Requerimento porque a maioria dos Bairros de Miracatu não tem escritura, e sempre ouve que determinados Bairros serão regularizados mas não sai do papel, como Vila Nova e Balança, há dez, quinze anos, e que sem escritura a pessoa não tem água, não tem nada, com a escritura era muito melhor. O Vereador Jair Silva disse que o caminho era esse, dar andamento em coisas boas, a titularização era morosa, demandava dedicação, o Projeto Vale do Futuro incluiu a titularização, havia o aporte de dinheiro da parte do Governo Estadual, e precisava haver o acompanhamento do Executivo. O Vereador Eder Clayton de Souza disse que e as vezes a pessoa quer comprar uma casa mas não tem a escritura, a Vila Nova estava incluída no Cidade Legal há algum tempo, e que Éden do Vale estava recebendo melhorias porque havia sido regularizado. O Vereador Jair Silva disse que sempre que o Dória vem à Região tem feito a entrega de títulos. Em aparte o Vereador José Luiz Herculano disse que o programa Vale do Futuro está regularizando diversa terras no Vale do Ribeira e havia presenciado em São Paulo a emoção de uma pessoa estar recebendo o título, e a regularização facilitava a aquisição de terras por pessoas de São Paulo, e a documentação era necessária para as melhorias, a exemplo do Éden do Vale, e nesse sentido solicitava atenção ao Cidade Legal e à Vila Nova. Continuando o Vereador Jair Silva disse que ficava satisfeito em ver Requerimento assim, não poderiam perder o "time" no desenvolvimento. Citou os Bairros Vila Nova, Araribá, Biguá, Jardim Alvorada e precisavam acompanhar para que o projeto não parasse. O Vereador Nailson Gonçalves parabenizou o Edmilson, disse que para o particular havia um custo alto para regularizar, ficava mais fácil em conjunto, e precisavam orientar a população na compra do imóvel, o refinanciamento, o valor venal que subia com a regularização, e nesse sentido precisavam ter uma fiscalização orientativa, não punitiva, por exemplo não construir próximo de um córrego porque as vezes o fiscal não vai embargar, mas quando for pedir a luz e a água vai ter problema. Disse que tem um Requerimento nesse sentido, e a população tinha que entender que se não estiver regularizado não se consegue o benefício. O Vereador Moysés Neto disse que se não está regularizado não se consegue levar os recursos e aproveitava para parabenizar o Governo Federal que estará efetuando a entrega de títulos na Vista Grande que irá beneficiar cerca de 400 famílias. Em votação o Requerimento nº 25/2021 foi aprovado por unanimidade. Em discussão o Requerimento nº 26/2021 recebeu manifestação do Vereador Eder Clayton, dizendo que a norma estava prevista em Lei Federal e tinha conhecimento que em 2021 não havia sido pago, solicitou que registrasse em ata que vai anexar um ofício ao Requerimento solicitando informações do motivo de não ter sido pago. Esgotado o tempo destinado ao Expediente, o Sr. Presidente informou que estaria encerrando a Sessão, tendo o Vereador Jair Silva solicitado a continuidade para repor o tempo que ficou suspensa a Sessão, tendo o Sr. Presidente informado que se não houvesse Vereador contrário que então procederia com a Sessão para finalizar a discussão e votação do Requerimento nº 26/2021. O Vereador

José Domingos Pereira/Zé Mineiro disse que era merecido o pagamento e que são pessoas que estavam na linha de frente da Saúde. O Vereador Moysés Neto disse ter conhecimento que já estava sendo pago. O Vereador Ademilson Dias parabenizava o autor do Requerimento, e o pessoal que estava na linha de frente merecia todo o apoio. Em votação o Requerimento nº 26/2021 foi aprovado por unanimidade. Não havendo mais tempo destinado ao Expediente o Sr. Presidente informou aos Vereadores que a 3ª Sessão Ordinária acontecerá no próximo dia 25 de fevereiro de 2021, às 19hs, e agradecendo a proteção de Deus declarou encerrada a Sessão, da qual foi lavrada a presente Ata, que segue assinada pelo Sr. Presidente e pelos Srs. Secretários.

Pablo Lopes da Silva Pereira
Presidente

Nailson Gonçalves da Silva
1º Secretário

Moysés Sikorski Neto
2º Secretário